

L E I nº 3.188/2012

Data : 22 de março de 2012.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel à **OSVANIR BATISTA DE OLIVEIRA**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do
Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel à **OSVANIR BATISTA DE OLIVEIRA**, empresa individual, inscrita no CNPJ sob nº 78.781.622/0001-91, estabelecida na Rua Eurípedes Rodrigues nº 370, nesta cidade, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei, um terreno urbano regular, sem benfeitorias, doravante denominado lote 03, com a área de 660,00 m² (seiscentos e sessenta metros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: "confrontando na frente com a rodovia R-369, distância de 16,50 m (dezesseis metros e cinquenta centímetros), do seu lado direito, confrontando com parte do Lote 04, distância de 40,00 m (quarenta metros), do seu lado esquerdo, confrontando com o Lote 02 e parte do Lote 01, distância de 40,00 m (quarenta metros), e aos fundos confrontando com a parte do Lote 05, perfazendo uma área de 660,00 m² (seiscentos e sessenta metros quadrados), na área industrial, Vila Bela Vista, nesta cidade, destacado de uma área maior, a que se refere a Matrícula nº 7.912 do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes(PR), avaliado em R\$-2.178,00 (dois mil, cento e setenta e oito reais).

Art. 2º - O imóvel objeto desta concessão de direito real de uso, autorizada por esta lei, destina-se a edificação de um barracão para confecção de peças de vestuário.

Art. 3º - A cessionária deverá iniciar a construção no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da vigência da presente Lei, e concluí-la no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a concessão de direito real de uso e reverter o imóvel ao concedente, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

Art. 4º - A mudança da destinação do imóvel, antes de expirado o prazo estabelecido no art. 5º, desta lei, dependerá de prévia

autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 5º - O imóvel concedido não poderá ser hipotecado, penhorado, arrestado, sequestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário, antes do prazo de 10 anos, de acordo com a Lei de Incentivo Empresarial nº 2.113/98, de 27/11/98.

Parágrafo Único - A cessionária se obriga a manter, após a conclusão da edificação, a geração de no mínimo 05 (cinco) empregos diretos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,
Estado do Paraná, em 22 de março de 2012.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal